

RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.934 - CE (2014/0094901-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : SINTSEF CE SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO CEARA
ADVOGADO : POLLYANNA DE SOUSA OLIVEIRA E OUTRO(S) - CE021070

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GAE - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA. EXTINÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PELA LEI Nº 11.784/2008. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. INCIDÊNCIA DA GAE SOBRE VPNI. IMPOSSIBILIDADE. PAGAMENTO INDEVIDO HÁ MAIS DE QUINZE ANOS. 'DIF GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91'. EXCLUSÃO DE TAL VANTAGEM DOS CONTRACHEQUES DOS SERVIDORES. DECADÊNCIA CONSUMADA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. A Lei 8.270/91, com o objetivo de evitar que servidores das carreiras por ela reestruturadas observassem decréscimo remuneratório, determinou o pagamento de diferenças de vencimentos eventualmente apuradas. A esse título, foi introduzida nos contracheques dos substituídos a rubrica 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91', que ostenta natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

2. Quando foi instituída a GAE pela Lei Delegada nº 13/92, a Administração adotou, além do vencimento básico da carreira, a rubrica 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91' como base de cálculo de tal gratificação, efetuando tal pagamento na rubrica denominada 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91'.

3. Com o advento da Lei nº 11.784/2008, a qual incluiu na Lei 11.355/2006 o art. 5º-A, a GAE - Gratificação de Atividade Executiva foi, incorporada ao vencimento básico dos servidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

4. Tendo sido a incidência da agora extinta GAE sobre a VPNI 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91' o motivo da introdução da rubrica

'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' nos contracheques dos substituídos, a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, em março de 2012, notificou-os acerca da interrupção do pagamento dessa vantagem, estando o presente mandamus voltado contra tal pretensão do ente público.

5. Conquanto seja certo que a partir de fevereiro de 2009 os servidores da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho deixaram de fazer jus ao recebimento da GAE e que a FUNASA manifestou sua pretensão de eliminar a citada rubrica no mês de março de 2012 - vale dizer, antes do transcurso de um quinquênio -, deve-se destacar que a incidência da GAE sobre a VPNI - mesmo que tenha sido paga indevidamente, consoante orientação há muito firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, a justificar a sua não incorporação ao vencimento -, recua há mais de quinze anos, sendo a data do primeiro pagamento dessa rubrica o *dies a quo* do prazo decadencial, a teor do art. 54, § 1º, da Lei 9.784/99.

6 - O erro da Administração não consistiu na continuidade do pagamento após o mês de fevereiro de 2009, mas à equivocada interpretação conferida à Lei 8270/91, em virtude da qual a rubrica 'GAE/GCT DIF VC(ART 7 L 8270/91' Integra a remuneração/dos substituídos há mais de uma década.

7 - A Administração; em atendimento à solicitação contida na Nota Técnica nº 37/2/2011/SRH/MP, de 29.03.2011, da Auditoria Interna da Funasa, com fundamento no Acórdão 2924/2004, da Primeira Câmara do TCU (fls. 61), não poderia, sem ofensa à segurança jurídica; passados mais de quinze anos, rever os critérios de pagamento de tal rubrica, os quais atribuíram direito subjetivo aos impetrantes. Inteligência que, consagrada em precedentes do Supremo Tribunal Federal, resulta de compreensão escoreita do art. 5º, XXXVI, da Constituição, e do art. 54 da Lei 9.784/99.

8 - Provimento da apelação para conceder a segurança e determinar a continuidade do pagamento da rubrica GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91 da forma realizada até março de 2012, ficando assegurado aos substituídos do impetrante o direito a reaver, mediante o procedimento do- art. 730 do CPC, eventuais diferenças resultantes da redução dos seus vencimentos/proventos, posteriores à impetração, como acréscimo de correção monetária e jūros de mora, na forma da Lei 11.960/2009. Os valores pretéritos à impetração devem ser perseguidos administrativamente ou pela via judicial própria, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal" (fls. 890/891e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 894/898e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPROVIMENTO.

I - Como espécie de recurso de fundamentação vinculada, os embargos declaratórios terão cabimento apenas quando houver na sentença ou acórdão obscuridade, omissão ou contradição acerca de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal, não sendo a via adequada para rediscutir o mérito da demanda.

II - Encontrando-se o acórdão devidamente fundamentado quanto ao entendimento de que a promulgação da Lei nº 11.784/2008 e a extinção da Gratificação de Atividade Executiva têm pouco relevo para a hipótese dos autos, uma vez que o erro da Administração decorreu da equivocada interpretação conferida à Lei 8270/91, em virtude da qual a rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' integra a remuneração dos substituídos há mais de uma década, não existe omissão a ser sanada por meio de embargos declaratórios.

III - Embargos não providos" (fl. 904e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73, 5º-A da Lei 11.784/2008, 54 da Lei 9.784/99 e à Súmula 473/STF, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, o seguinte:

"b) Da violação ao art. 5º-A, da Lei 11.784/2008 (alteração legislativa); Do enunciado da Súmula 473/STF

A pretensão dos ora embargados de continuarem recebendo a rubrica "GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/9T não encontra supedâneo legal, tendo em vista a extinção da Gratificação de Atividade Executiva - GAE operada pela reestruturação da carreira por ocasião da Lei nº 11.784/2008.

Ocorre que adveio alteração legislativa essencial ao deslinde da demanda, com a entrada em vigor da Lei nº 11.784/2008.

O art. 5-A, da Lei nº 11.784/2008, deixa claro que os servidores da FUNASA não fazem mais jus à percepção da GAE, uma vez a mesma foi incorporada ao vencimento básico. Transcreve-se, a seguir, o legal:

(...)

Assim, tratando-se, a rubrica "GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/97"

do pagamento da GAE tendo por base de cálculo a parcela "DIF VENC ART.7 da Lei 8.270/91, não há dúvidas quanto à sua insubsistência após a reestruturação operada pela Lei nº 11.784/2008 e consequente extinção da GAE.

A Administração Pública, dentro de seu poder de autotutela, possui a prerrogativa de anular seus próprios atos quando eivados de nulidade que os torne ilegais, obedecido o devido processo legal. Tal princípio está cristalizado no enunciado de Súmula 473/STF, que assim dispõe:

(...)

A Administração tem, assim, o poder-dever de corrigir equívocos no pagamento de vantagens pecuniárias a servidores públicos, o que legitima a conduta da FUNASA em promover a exclusão da rubrica que vinha sendo paga aos substituídos.

c) Da contrariedade ao art. 54 da Lei 9.784/99 e sua indevida aplicação aos atos de efeitos continuados

O *caput* do art.54 estabelece que o prazo decadencial de cinco anos para a Administração anular seus atos administrativos conta-se da data em que foram praticados. Por seu turno, o §1.º do citado artigo preceitua que no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Numa interpretação isolada do §1.º, seria possível concluir que os atos administrativos de efeitos contínuos, tal como é o pagamento mensal dos vencimentos e proventos, apenas se sujeita a um único prazo decadencial, que inicia da percepção do primeiro pagamento. No entanto, trata-se de um equívoco hermenêutico.

Conjugando-se os dispositivos em tela, numa interpretação lógico - sistemática, chega-se sem dificuldade à conclusão de que o prazo decadencial inicia com a percepção do primeiro pagamento e reinicia-se a cada pagamento que for realizado. Não se perca de vista que cada pagamento mensal constitui um ato administrativo autônomo em relação aos anteriores, possibilitando à Administração corrigi-lo caso esteja em desconformidade com a lei. Afinal, a relação estatutária é marcadamente de trato sucessivo, e a cada período determinado de tempo o servidor adquire o direito ao recebimento dos vencimentos estipulados por lei, surgindo, concomitantemente isso, o direito da Administração de exercer o controle de legalidade sobre o ato.

Enfim, é importante repisar que ato de pagamento renova-se mensalmente e com ele o prazo decadencial para corrigir eventual vício que possa inquiná-lo. A prevalecer o entendimento sufragado pelo Tribunal de origem no sentido de que o prazo decadencial

conta-se unicamente do primeiro pagamento e mais nada, passados os cinco anos, a nulidade se perpetuaria sem que à Administração fosse dado o poder -dever de corrigir o ato, mesmo a ilegalidade se renovando no tempo. Com absoluta certeza não foi essa a intenção do art. 54 e § 1.º, da Lei n.º 9.784/99.

Renovando-se o ato administrativo de pagamento mensalmente, a partir da data em que foram praticados, conta-se o prazo decadencial de cinco anos. É esta a única interpretação possível a ser dada ao art. 54, § 1.º, da Lei n.º 9.784/99.

O acórdão objurgado merece reforma nessa parte para afastar a decadência do direito da Administração de corrigir a ilegalidade" (fls. 912/915e).

Por fim, requer:

"(...) após regular processamento, que o presente recurso seja conhecido e provido para, anulando o acórdão ora hostilizado, determinar o retorno dos autos ao Egrégio TRF-5a Região, para que este se pronuncie acerca do ponto omissis apontado nos Embargos Declaratórios.

Se assim não entender essa douta Turma, requer que o presente recurso especial seja recebido e devidamente processado, a fim de que lhe seja dado provimento em razão de o acórdão recorrido ter negado vigência a dispositivos de lei federal, conforme o acima exposto (art. 5º-A da Lei n.º 11.784/08; Súmula 473/STF; e art. 54 da Lei 9.784/99), determinando-se, por conseguinte, a sua reforma, na parte em que foi vencida a Fundação" (fl. 915e).

Contrarrazões a fls. 919/936e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 938e).

A irrisignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança coletivo impetrado pela parte ora recorrida, objetivando "sustar em definitivo a pretensão da autoridade impetrada de excluir dos vencimentos dos substituídos a rubrica 'GAE/GCT DIF VO ART 7 L 8270/91', seja em razão da decadência da Administração de rever o ato de concessão desta parcela, seja em função da legalidade desse recebimento a teor da exegese extraída do art. 40, § 30 da Lei 8.270/92, condenando-a, ainda, ao ressarcimento das quantias porventura descontadas após a propositura do *mandamus*, com juros de mora e correção monetária" (fl. 22e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, tendo sido reformada a

sentença, pelo Tribunal local, para conceder a segurança.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Outrossim, não conheço da apontada violação à 473/STF, porquanto tal ato não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal", previsto no permissivo constitucional (art. 105, III, a), tratando-se de mero entendimento consolidado no âmbito do Poder Judiciário, não tendo o condão de abrir a via estreita dos recursos excepcionais, conforme Súmula 518/STJ, segundo a qual "para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Ao julgar o mérito do feito, assim se manifestou a Corte de origem:

"O sindicato impetrante requer seja concedida a segurança, a fim de ordenar à autoridade impetrada que se abstenha de excluir dos contracheques dos substituídos a rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91'.

De logo, **verifico que o deslinde da controvérsia reclama a exata compreensão do disposto no art. 4º, § 3º, da Lei 8.270/91, como também do art. 1º da Lei Delegada nº 13/92, a seguir transcritos:**

(...)

Como se vê, a Lei 8.270/91, com o objetivo de evitar que servidores das carreiras por ela reestruturadas observassem decréscimo remuneratório, determinou o pagamento das diferenças de vencimentos eventualmente apuradas. A esse título, foi introduzida nos contracheques dos substituídos a rubrica 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91', que ostenta natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada-VPNI.

Quando foi instituída a GAE pela Lei Delegada nº 13/92, a Administração adotou, além do vencimento básico da carreira, a rubrica 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91' como base de cálculo do pagamento de tal gratificação, efetuando tal pagamento na rubrica denominada 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91'.

Com o advento da Lei nº 11.784/2008, a qual incluiu na Lei 11.355/2006 o art. 5º-A, a GAE – Gratificação de Atividade Executiva foi incorporada ao vencimento básico dos servidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Tendo sido a incidência da agora extinta GAE sobre a VPNI 'DIF VENC. ART. 7 L 8270/91' o motivo da introdução da rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' nos contracheques dos substituídos, a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, em março de 2012, em atendimento à solicitação contida na Nota Técnica nº 37/2/2011/SRH/MP, de 29.03.2011, da Auditoria Interna daquele órgão, com fundamento no Acórdão 2924/2004 da Primeira Câmara do TCU (fls. 61), notificou-os acerca da interrupção do pagamento dessa vantagem, estando o presente mandamus voltado contra tal pretensão do ente público.

A par desses detalhes, o juízo *a quo* denegou a segurança, rejeitando a prejudicial de decadência suscitada pelo apelante e reputando inexistente qualquer ato abusivo ou ilegal.

Em que pesem as bem lançadas considerações da douta magistrada singular, entendo, contudo, que o lustro dentro do qual a edição do ato administrativo deveria ter ocorrido há muito se consumou. É o que doravante passa ser explanado.

Embora seja certo que a partir de fevereiro de 2009 os servidores da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho deixaram de fazer jus ao

recebimento da GAE e que a FUNASA manifestou sua pretensão de eliminar a rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91', ora *sub judice*, no mês de março de 2012 - vale dizer, antes do transcurso de um quinquênio -, tenho que o erro administrativo estava presente já no primeiro pagamento da vantagem aos servidores, sendo este, nos termos do art. 54, § 1º, da Lei 9.74/99, o *dies a quo* do prazo decadencial.

É que o eg. Superior Tribunal de Justiça há muito firmou o entendimento de que as vantagens com natureza de VPNI não são base de cálculo das gratificações percebidas concomitantemente pelo

servidor. No que concerne especificamente à GAE, transcrevo os seguintes arestos daquele Tribunal da Cidadania:

(...)

Nesse contexto, deve-se notar que a promulgação da Lei nº 11.784/2008 e extinção da Gratificação de Atividade Executiva têm pouco relevo para a hipótese *sub examine*, haja vista que o erro da Administração não consistiu na continuidade do pagamento após o mês de fevereiro de 2009, mas à equivocada interpretação conferida à Lei 8270/91, em virtude da qual a rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' integra a remuneração dos substituídos há mais de uma década.

Dessa forma, é inegável que a Administração assegurou aos administrados um direito cuja desconstituição encontra limites no sistema jurídico.

Um deles –e que aqui é fundamental –consiste na segurança jurídica, que

foi ventilado no apelo do SINTSEF/CE.

No caso concreto, o ato administrativo de implantação da vantagem gerou utilidade patrimonial que se prolonga por mais do que o lustro do art. 54 da Lei 9.784/99, mesmo contando-se a aplicação desta a partir de sua vigência, no diapasão de respeitável corrente jurisprudencial (STJ, Corte Especial, MS nº 9112/DF, Relatora Min. ELIANA CALMON, j. 16/02/2005, Dj de 14/11/2005, pág. 174; MS, Corte Especial, MS nº 9115/DF, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, j. 16/02/2005, DJ de 07/08/2005, pág. 195).

Em situações que tais, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o ato favorável ao administrado, em homenagem à segurança jurídica, não poderia deixar de subsistir. O primeiro deles foi no MS 24.268 –0 –MG, impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União que determinou o cancelamento de pensão solvida em favor da impetrante há dezoito anos.

A ementa é esclarecedora:

(...)

Noutra situação, retratada pelo MS 24.448–8–DF, e que também consistiu em impetração dirigida contra decisão do Tribunal de Contas da União, que determinara o cancelamento de pensão civil percebida por aproximadamente sete anos, a segurança jurídica restou prestigiada, consoante se vê da ementa seguinte:

(...)

Mirando-se em direção à doutrina, constata-se, sobre o tema, que a

proteção à confiança legítima do administrado visa proteger este, que, nas relações com o Estado, está sujeito, conforme lição de RAQUEL MELO URBANO DE CARVALHO (in Curso de Direito Administrativo, Editora Jus Podivm, 1ª Ed, 2008, pág. 88), a mudanças de comportamentos bruscas e inopinadas, modificações legislativas, invalidação de ato administrativo que leva à perda de expectativas, fulminado drasticamente a esperança de permanência da situação jurídica vigente durante um determinado período, o que é o caso dos autos.

De asseverar, no caso concreto, que **o pagamento da rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' partiu de entendimento da Administração, sem que se possa cogitar de dolo ou falsidade, ou indução a erro perpetrada pelos servidores.**

Presente a boa-fé, vê-se que a segurança jurídica recomenda o reconhecimento da ilegalidade do ato atacado.

Em face de todo o exposto, DOU PROVIMENTO à apelação, para conceder a segurança e determinar a continuidade do pagamento da rubrica 'GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/91' da forma realizada até março de 2012, ficando assegurado aos substituídos do impetrante o direito a reaver, mediante o procedimento do art. 730 do CPC, eventuais diferenças resultantes da redução dos seus vencimentos/proventos, posteriores à impetração, com o acréscimo de correção monetária e juros de mora, na forma da Lei 11.960/2009. Os valores pretéritos à impetração devem ser perseguidos administrativamente ou pela via judicial própria, nos termos da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal" (fls. 882/888e).

No que tange ao art. 5º-A da Lei 11.784/2008, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tais dispositivos foram violados.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Noutro giro, quanto à decadência, o aresto vergastado não se sujeita reparos, uma vez que harmoniza-se com a jurisprudência deste Tribunal Superior a tese recursal de que o "ato de pagamento renova-se mensalmente e com ele o prazo decadencial para corrigir eventual vício que possa inquiná-lo" (fls. 914/915).

Com efeito, é firme a orientação do STJ de que **"o prazo decadencial para a administração anular os atos que produzam efeitos patrimoniais contínuos inicia-se com o primeiro pagamento, nos termos contidos no art. 54, § 1º, da Lei n. 9.784/99.** Precedentes: REsp 1.758.047/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 21/11/2018; AgRg no RMS 38.075/MS, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 08/09/2015, DJe 18/9/2015; AgRg no AREsp 150.977/GO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 2/6/2015, DJe 18/6/2015" (STJ, AgInt no REsp 1.575.541/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/05/2019).

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE PROVENTOS/PENSÕES. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER ATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54 DA LEI 9.784/1999.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Alda Cândida Nascimento Valadares e outros contra ato imputado ao Diretor-Geral e ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, para determinar às autoridades coatoras que se abstenham de proceder a qualquer redução da vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei 1.711/1952, bem como a qualquer desconto nos proventos/pensões dos impetrantes, a título de reposição ao erário.

2. **É firme no STJ o entendimento de que, em se tratando de atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e pensões, ocorridos após a entrada em vigor da Lei 9.784/1999, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela Administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante reza o § 1º do art. 54 da Lei 9.784/1999.**

3. *In casu*, cuidando-se de pretensão de revisão de proventos/pensões, o termo inicial do prazo decadencial do art. 54 da Lei 9.784/1999 conta-se a partir do primeiro pagamento errôneo, o que se deu em abril de 2005, findando-se o referido prazo em abril de 2010, não havendo dúvidas de que decaiu o direito da Administração Pública de rever, em maio de 2010, os benefícios percebidos pelos recorrentes.

4. Recurso Especial de Alda Cândida Nascimento Valadares e outros

provido, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, para reconhecer a decadência no caso concreto. Julgo prejudicado o Recurso Especial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo" (STJ, REsp 1.758.047/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2018).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. VPNI INCORPORADA. ALEGAÇÃO DE ABSORÇÃO POR REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. BOA-FÉ DO SERVIDOR. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54, § 1º, DA LEI 9.784/1999. PRECEDENTES. SÚMULAS 568/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada apreciou e decidiu a *vexata quaestio* devolvida a esta Corte superior pelo recurso especial dos ora agravados, qual seja, a decadência da pretensão de revisão de pagamento de parcela remuneratória pela Administração (art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999), não havendo que se falar em equívoco na a delimitação da controvérsia.

2. ***In casu*, pretendeu a agravante, em meados de 2014, suprimir o pagamento da parcela remuneratória - 'VPNI do art. 7º § Único da lei 10.483/02' das remunerações dos agravados, ao argumento de que teria sido absorvida, quando da implementação do novo plano de carreiras, instituído pela Lei 11.355/2006. Contudo, diante do lapso temporal havido, tal pretensão foi alcançada pela decadência, nos termos do art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999. Aplicação da Súmula 568/STJ.**

3. A decisão agravada, ao dar provimento ao apelo especial dos agravados não garante aos servidores a perpetuação do regime jurídico em que se encontram, assenta tão somente que a pretensão da Administração de suprimir a aludida parcela no ano de 2014, ao argumento de que absorvida pela reestruturação da carreira promovida pela Lei 11.355/2006, teria sido alcançada pela decadência.

4. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.643.363/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora